

Do lusitano mito pátrio da missão predestinada, ao contributo para uma Europa de valores

Fernando Cristóvão
Universidade de Lisboa

Longo tem sido o caminho seguido na interpretação e credibilidade dos mitos, desde as leituras de antropólogos e linguistas como Frazer ou Levy-Bruhl, passando pelas interpretações de Malinovski, Freud, Jung, e pela grande popularidade que lhes conferiu o estruturalismo depois dos anos 60 com Claude Lévi-Strauss, Mircea-Eliade, G. Durand ou Barthes, até se entrar numa certa banalização interpretativa no século XX devido a aplicações sócio-políticas de menor teor simbólico e de duvidosa legitimidade.

Caminhada esta que prossegue no nosso tempo nacionalista e laico, de “désenchantement du monde”, mas que, paradoxalmente, tem, pelo menos, curiosidade em saber como eram vistas as origens identitárias de pessoas e nações.

Na profunda reflexão que fez sobre mitos, sonhos e mistérios, Mircea Eliade chama a atenção para a persistência dos mitos nas sociedades modernas mesmo quando a negam, servindo-se, para o provar, da organização do próprio sistema educativo em suas tradições e normas que não se devem transgredir e sua transição, não poucas vezes secreta e iniciática. Acrescenta ainda outros exemplos como o da socialização das festas de fim de ano que falam em “renovar”, criar de novo, etc.¹.

Há pois, assumidos ou ocultos, muitos de todos os géneros, e a eles vamos buscar ou a explicação das origens, ou algum segredo oculto em acontecimentos aparentemente anódinos, ou indicações do futuro, quase sempre em textos ou contextos de utopia e maravilha, quantas vezes para além da lógica ou dos factos mas sempre obedecendo, misteriosamente, a outro tipo de realidade e conhecimento que está para além da coerência racional e histórica.

Assim acontece nos mitos de que aqui nos ocupamos, referentes à origem, missão e futuro de Portugal, radicados ou no messianismo profético judaico, ou na religião cristã do país e no seu modo de entender a Providência Divina em suas reais ou supostas intervenções.

¹ Mircea Eliade, *Mithes, Rêves et Mystères*, Paris, Gallimard, 1957, p. 33.

1. O Contexto do messianismo e do milagre

No caso português, mesmo antes da constituição da nacionalidade, o clima mental da nação era já de grande religiosidade, nela se evidenciando o que poderíamos classificar de elementos capazes de gerar mitos: o assumir do messianismo judaico e a crença generalizada em milagres capazes de ultrapassarem situações difíceis e de grande perigo.

Do messianismo judaico veterotestamentário vieram as profecias sobre grandes cataclismos e castigos de Deus, anunciados pelos profetas. Para os ultrapassar eles tinham a missão do anúncio da vinda do Messias salvador, que sairia do povo escolhido de Israel, para um tempo de conversão e felicidade no reino de Deus,

Profecias e anúncios que marcaram também o Novo Testamento e os primeiros tempos da Igreja nascente, como vem relatado por S. Mateus: “Quando virem o horror medonho no lugar onde não devia estar (quem ler estas palavras procure entendê-las) aqueles que estiverem na Judeia fujam para os montes (...) o sol ficará escuro e a lua deixará de brilhar” etc. (Mt 13/ 14-26). E em S. Lucas prevendo-se guerras e perseguições, fome, peste... sinais de sol, na lua e nas estrelas: “Verão então o Filho do Homem chegar numa nuvem com grande poder e glória” (Lc. 21 / 7-36). Ou no Apocalipse de S. João, anunciando-se sobre a queda de Babilónia, símbolo do mal, o anti-Cristo, o Juízo Final.

Para conduzirem o povo à felicidade e o libertarem dos males anunciados, os Profetas apresentavam-se como vocacionados e predestinados para a missão de conduzirem o povo. Mais, o próprio Israel era a nação escolhida, Moisés o seu condutor, como se relata do livro do Êxodo.

Mais, a missão de Israel era a de ser o instrumento escolhido e enviado por Deus para a conversão não só dos egípcios e sírios, mas de todos os povos, como vem declarado nas profecias de Isaías: “Eu sou um Deus justo e salvador, e não existe nenhum outro. Voltem-se para Mim e sereis salvos, vós que habitais nos confins da Terra (Is. 45 / 21-22).

E o sentido mais profundo da “missão” a que Israel era chamado era o de ser uma “vocação nacional desembocando no universalismo religioso. Não para dominar os povos pagãos, mas para os converter. Assim, o povo de Deus se abria aos prosélitos”².

² Joseph Pierron et Pierre Grelot, “Mission”, *Vocabulaire de Théologie Biblique*, Paris, Du Cerf, 1964, p. 634.

A esta ideia de salvador se junta a da predestinação, envolvendo-se nela a afirmação de que é Deus quem conduz a História do mundo, como vem expresso na epístola aos Efésios: “Deus vai realizando tudo conforme o plano por Ele mesmo traçado” (Ef. 1/11). Conceção esta defendida pelo bracarense Paulo Orósio, criador da filosofia da História, no seu *Historiarum Adversus Paganus*, Libri VII, por volta do ano 416, que Santo Agostinho, de quem era secretário, continuaria e desenvolver.

Quanto à crença cristã generalizada no povo português, ela se exprimia através da construção de templos, da devoção aos santos como S. Sebastião, S. António, S. Gil de Santarém, Rainha Santa Isabel e, com relevo especial, em relação à Mãe de Jesus, a ponto de se lhe atribuírem inúmeros milagres, mesmo antes do início da nacionalidade. Essa predileção devocional é bem patente na lenda e veneração de N.^a S.^a da Oliveira de Guimarães, para que se diz ter contribuído o próprio S. Tiago, purificando ali um culto idolátrico à deusa Ceres, a ponto de, desde os fins do século X, o território norte se ter proclamado “Terra de Santa Maria”, título este tornado depois extensivo a todo o país.³

O presumível milagre de Cárquere em benefício de D. Afonso Henriques, por cooperação também de Egas Moniz, e a lenda do preito de vassalagem do rei a Santa Maria de Claraval, com o pagamento de 50 maravedis de ouro, pagamento que D. João IV renovou; a devoção a N.^a S.^a da Enfermaria, no templo dos Cruzados; o culto à Senhora da Nazaré envolvido na lenda da caçada de D. Fuas Roupinho em, 1182; o culto a Nossa Senhora da Assunção próprio das Catedrais e, instintivamente, associado à vitória de Aljubarrota e ao Condestável D. Nuno, a coroação de N.^a Senhora de Vila Viçosa proclamada padroeira de Portugal em 1646; e edificação em Ceuta de uma igreja com a invocação de N.^a S.^a de África, como se relata a *Crónica da Guiné*, de Zurara, e início de outros tipos de imagens e designações em todo o império português, como no- lo relata Frei Agostinho de Santa Maria em encorpado volume, etc. etc..⁴

E seria um nunca mais acabar se a estas invocações juntássemos outras que na onomástica topográfica e antroponímica nacional e dos Descobrimentos marcaram milhares de localidades e pessoas, exprimindo não só uma fé, mas também uma cultura de impetuosa dinâmica em que a casualidade dos factos reais se entrelaçava com a dos sobrenaturais.

³ Padre Miguel de Oliveira, *Santa Maria na História e na Tradição Portuguesa*, Lisboa, União Gráfica, 1966, p.12.

⁴ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, Livro 9, Lisboa, Officina de António Pedroso Galvão, 1707.

De notar, porém, que dentre todos “estes factos e lendas sobressai a importância e a crença no milagre de Ourique, cuja tradição não remonta apenas ao século XIV como habitualmente se afirma, mas é já viva no século XII, desde a época da batalha, em 1139. Afirma-o o insuspeito, pelo seu espírito crítico e rebeldia institucional e pouco ortodoxo, ex-dominicano dominicano Padre Fernão de Oliveira que, para além da autoria da nossa primeira gramática e outros escritos publicou, em 1581, uma *História de Portugal*, até há pouco desconhecida.

Refere nela a aparição a D. Afonso Henriques, argumentando tal não ser um facto insólito, pois outras também aconteceram em circunstâncias semelhantes nesses “tempos heróicos, quer dizer, quase divinos”. Por exemplo, a ajuda divina, no Antigo Testamento, a Judas Macabeu e, segundo “Santo Eusébio”, ao imperador Constantino e ao conde de Castela Fernão Gonçalves, na história de Hazinas, apesar de ser ele tão soberbo.

E acrescenta: “Digo isto porque me disseram que há nesta terra um homem novo nela que nega este aparecimento de Cristo a D. Afonso Henriques, sendo ele cristão devoto e humilde e mais disposto para Deus lhe aparecer e comunicar sua graça que a gentios ou soberbos. Quanto mais que maior milagre fez Deus por D. Afonso Henrique em lhe dar vitória que em lhe aparecer; e este da vitória não pode aquele homem negar”.

E explicando o simbolismo heráldico de D. Afonso Henriques, em que os cinco escudos significam tanto as chagas de Cristo como os cinco reis mouros derrotados⁵, e porque os venceu com a ajuda de Jesus Cristo crucificado, que ali lhe apareceu...”.

Assim predispostos para o sobrenatural e para a profecia, em especial, foi com naturalidade que, na mitologia da nação, se adotaram o espírito, e não poucas vezes a letra do messianismo de Israel.

É, pois, nesta perspectiva cultural e religiosa como num caldo de cultura, que melhor se entendem o ideal da dilatação da fé cristã e as teorias utópicas dos grandes castigos, da salvação, da vocação, missão, predestinação de Portugal. Desde os anúncios, das profecias e milagres, até às crenças sebásticas e aos sonhos do Quinto Império universal.

Até porque a ocupação do território era também motivada por um dos objetivos maiores da missão: combater os mouros sarracenos e implantar a fé cristã.

⁵ Fernando Oliveira, *História de Portugal*, in José Eduardo Franco, *O Mito de Portugal*, Lisboa, Fundação M. Manuela e Vasco de A. D'Orey, 2000, pp.442, 449.

Não é demais lembrar que a batalha de Ourique foi travada contra os exércitos muçulmanos. E que D. Afonso Henriques e seus sucessos os foram combatendo desde Santarém até Silves e Alvor, em 1189, com avanços e recuos, conquistas e reconquistas que se prolongaram por mais sessenta anos até à ocupação de Faro, Albufeira, Porches e várias outras localidades, em 1249.

2. O anúncio dos “profetas”

Longa é a lista dos profetas anunciando catástrofes e castigos, e sua redenção e glorificação.

Alguns nomes, lembrando os principais arautos dessas profecias, vaticínios ou convicções pessoais muito inspiradas nas teorias do Abade Joaquim de Fiore: *Profecias de Esdras* (do IV, livro apócrifo), *Vaticínio de S. Cirillo*, *Profecias do Dr. Padre Leandro*, *Vaticínio do Frade de Santo Elizeu*, *Vaticínio de João Carrião*, *Profecias do Padre Frei João de Deus*, *Vaticínio do Padre António Vieira*, *Profecias de Frei António de Pádua*, e, sobretudo, as *Profecias de Bandarra*⁶ em suas várias edições e acrescentos, desde a primeira edição de 1644, passando pela anterior edição parcial de D. João de Castro *Paráfrase e Concordância de Algumas Profecias de Bandarra, Sapateiro de Trancoso*.

Múltiplos e variados são os vaticínios de calamidades comuns nesses textos: no cap. V do apócrifo IV *Livro de Esdras*, tal como atrás se referiu, pairam sobre a nação Esdras os males e castigos que pairaram sobre o povo eleito de Deus que lhe foi infiel. Foi sentenciado: “tempos virão de grandes levas militares; sofismar-se-à a verdade, e o país será estéril de religião; a injustiça se multiplicará e por ela o país ficará deserto. Se porém Deus te conservar a vida, verás depois te passar três trombetas (guerras); de repente o sol resplandecerá de noite; a lua três vezes se mostrará no dia; do pau emanará sangue; as pedras estourarão; converter-se-ão os povos, e reinará aquele que os habitantes sobre a terra não esperarão (...)”. E no cap. XVII: “Ai de ti Babilónia e Ásia; Egipto e Síria. Cingi-vos de saco e cilício, pranteai e chorai os vossos filhos (...) a espada está pendente sobre vós (...) a terra ficará deserta...”

Mais insistente é o *Vaticínio de S. Cirillo* cuja força persuasiva não está tanto no anúncio misterioso e simbólico das desgraças, mas na quantidade de vaticínios que vão

⁶ Anónimo, *As Profecias de Esdras e Bandarra*, Lisboa, Tipografia Lusitana, 1932.

aduzidos no mesmo sentido: “Pelos anos de 54 nascerá o Sol, o Sol encuberto. Será picado por hum aguilhão e desprezado; Em huma pequena cova com três Abobedas será captivo dos Escorpioens, depois chegará o Fim do Mundo.”

Imediatamente a seguir, enumera nada menos que vinte e três vaticínios sobre esta matéria, desde os da Sibilla Eritrea até aos da “Venerável Maria Magdalena da Cruz, Fundadora do Convento de Macao e Manilha”, passando por Sevilha, de um Arcebispo de Lisboa e outras personalidades de relevo⁷.

Mas demos um lugar especial a Bandarra, pela popularidade e repercussão das suas “trovas”.

Mais preocupado em anunciar o “rei novo”, Bandarra, invocando os profetas de Israel, anuncia catástrofes futuras:

CXXXVIII

Acho em as Profecias
Que a terra tremerá
E como abóbada soará
Quando faz harmonias.

CXXXIX

Dizem que nos últimos dias
Que aquestas cousas serão
A vinte e quatro acharão
Este dito de Isaías

CXL

Vejo os lobos comer
As ovelhas degoladas
As vacas mortas montadas
E os cordeiros a gemer

⁷ *Ibidem*, pp.16-17.

CXLI

Não deve a terra tremer
Mas fundir-se sem tardança
Pois os que têm a governança
Os não querem defender

CLVIII

Tudo quanto aqui se diz
Olhem bem as Profecias
De Daniel e Jeremias
Ponderem-nas de raiz⁸

Face a este cataclismo de anúncio bíblico, que se pode aplicar a qualquer crise nacional e a vários “salvadores”, o certo é que, como nota Machado Pires em sua obra sobre o Sebastianismo, as profecias de Bandarra foram de importância decisiva para a criação do Sebastianismo, pois “sendo historicamente anteriores ao nascimento de D. Sebastião, foram interpretadas em relação a este rei, tornando-se então Bandarra no profeta do regresso do rei Encoberto”⁹. As suas trovas foram até chamadas, mais tarde, “a bíblia dos Sebastianistas.”

Assim o anúncio do “Encoberto”:

LXX

Este Rei tem tal nobreza
Qual eu nunca vi em Rei
Este guarda bem a Lei
Da Justiça e da Grandeza

⁸ *Trovas do Bandarra, Natural da Villa de Trancoso, Apuradas e Impressas por Ordem de um Grande Senhor de Portugal, Offerecidas aos Verdadeiros Portugueses Devotos do Encuberto*, Nova Edição, Barcelona, 1809.

⁹ António Machado Pires, *D. Sebastião e o Encoberto*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1971, p.65.

Tomará com seu poder,
 E grão saber,
 Todos os portos de além,
 Marrocos e Tremecem,
 E Fez também¹⁰

3. O Quinto Império de Sebastião de Paiva e Vieira

Suspirando pela vinda do “Príncipe Encoberto”, frei Sebastião de Paiva, no seu *Tratado da Quinta Monarquia*, de 1641, assim por ele suspirou em apóstrofe inicial: “Falta em muitos (desejado Senhor, sempre bem-vindo, a esperança de haverdes de chegar, pelo muito que tarda a vossa vinda (...) contudo, os zelosos do bem comum, verdadeiros portugueses, conhecendo estar-lhes prometido o Quinto e Último Império, o maior em duração e grandeza, por vós, Senhor, suspiram”.

Aspirações estas logo seguidas na “Prefação” de uma certeza:

“Porquanto, assentar a Quinta e Última Monarquia, em a qual, como Cristo disse, se reduzirá o mundo a um rebanho: *fiet unum ovile, et unus pastor*, se muitos o não percebem, outros totalmente o julgam disparate, sendo verdade infalível”.

Não se coíbe Sebastião da Paiva de aduzir as suas principais fontes de inspiração o Abade Joaquim de Fiore e Simão Gomes, “chamado o sapateiro santo”.

E para que não houvesse dúvidas sobre a solidez e perenidade deste Quinto Império, dedica o cap. II a mostrar “Como há-de haver uma Quinta Monarquia, a última do Mundo debaixo da Lei de Nosso Redentor”¹¹, acrescentando a sua opinião sobre a identidade do “Príncipe Encoberto”: julgamos que a nenhum outro príncipe podem convir (os vaticínios) senão ao sereníssimo senhor e rei D. Sebastião”¹².

Outros visionários “profetizaram” no mesmo sentido, sendo o mais importante de todos, até pela universalidade da sua obra, o Padre António Vieira.

¹⁰ *Trovas de Bandarra, idem, ibidem.*

¹¹ Frei Sebastião de Paiva, *Tratado da Quinta Monarquia*, Lisboa, INCM, 2006 (1641).

¹² *Idem, ibidem*, cap. VIII.

Em diversos sermões, sobretudo dos domingos últimos do ano litúrgico e dos primeiros do Advento, em que se evoca o fim dos tempos e o fim da parusia, e em outros em que se refere às diversas idades e impérios do mundo, Vieira vai preparando os seus ouvintes para as exposições e demonstrações sobre a natureza, fins e duração do Quinto Império em *História do Futuro* e *Clavis Prophetarum* (1699?), valendo-se dos profetas bíblicos, especialmente de Daniel e escritores eclesiásticos mais notáveis, bem como de Bandarra. Nesta actividade, demora-se no comentário sobre os títulos, segundo os quais a Cristo compete a soberania do “Império e Monarquia Universal (...) enquanto homem o império e domínio supremo não só espiritual mas também temporal de todo o mundo”.

Como argumentos, apresenta seis títulos justificativos dessa soberania: por natureza, por herança, por doação, por compra, por guerra justa e por “eleição e aceitação de todos os homens”.

Por outro lado, completa o seu pensamento lembrando que este reino “é espiritual e temporal juntamente”. E para não se confinar a princípios teóricos, concretiza, no livro V, que a duração de tal império é para chegar até ao fim do mundo, situado na Europa, na Península Ibérica, sediado em Lisboa. E também que o seu Imperador não será nem alemão, nem francês, nem espanhol, mas português. Rejeita, contudo, que seja El-Rei D. Sebastião porque, como dirá depois, será D. João IV ressuscitado.

O Quinto Império terá pois, à frente do poder temporal o rei português, e do espiritual, o Papa. “Então se cumprirá a profecia do texto *et erit unum ovile et pastor*”.

E tão certo está desta previsão, que apela para os seus leitores para que não percam esta “notícia”: “E peço licença aos que quiserem ler este discurso para meditem um pouco mais nele, por ser pensamento e matéria até agora não tratada à qual é necessário abrir os alicerces e lançar os primeiros e sólidos fundamentos, prometendo aos que fizerem esta detença não perderão o fruto do tempo que nela gastarem, pois verão, por grandes notícias e não vulgares da Antiguidade, quão certa e concertadamente concorre a novidade e a verdade desta nossa consideração ao maior estabelecimento do Reino de Cristo”¹³.

E porque Vieira foi, verdadeiramente, como afirmou Pessoa, o Imperador da língua portuguesa, de grande prestígio, foram as suas ideias sobre o Quinto Império, fecunda

¹³ Padre António Vieira, *História do Futuro*, Lisboa, Sá da Costa, 1953, p.82.

sementeira para muitos outros visionarem para Portugal um futuro glorioso, ainda que reequacionando, em perspectivas diferentes, a natureza desse império.

A complexa personalidade de Pessoa expressa nos seus múltiplos heterónimos e, muito especialmente, na sua formulação ortónima, assume a mediúnica tarefa de reformular, de modo radicalmente diferente, o mito do Quinto Império.

Personalidade que vai do fascínio do mistério do impossível, do inexistente, do trivial da vida a ritos iniciáticos e a uma reinterpretação da história de Portugal.

4. O desvio cultural de Fernando Pessoa

Assumindo e, ao mesmo tempo, rejeitando a tradição, Fernando Pessoa vai construir a sua própria teoria sobre o Quinto Império.

Assim, em vez da tradição bíblica, judaica e cristã dos cataclismos e da parusia que proclamaram a chegada de um salvador desejado, considera a degradação do país tomando como ponto de partida que o homem superior deve esquecer três coisas: “o ridículo, o trabalho e a dedicação”. É assim que vê o país em “Tempos”, no final da *Mensagem*:

Quinto / Nevoeiro

Nem rei nem lei nem paz, de nem guerra,
Define com perfil e ser
Este fulgor baço da terra
Que é Portugal a entristecer –
Brilho sem luz e sem ardor,
Como o que o fogo-fátuo encerra

Ninguém sabe que coisa quere
Ninguém conhece que alma tem,
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ancia distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro
Tudo é disperso, nada é inteiro.

Ó Portugal, hoje és nevoeiro...¹⁴

E porque, para sair dessa bruma, há esperança no Encoberto (Pessoa continua fiel ao pensamento sebastianista), o último verso é de exortação:

É a Hora!

A hora porém não é para um Quinto Império de fé cristã, pelo contrário, ao Cristianismo e à Igreja em especial, Pessoa dirige os mais violentos ataques. Considerando a classificação a dar à civilização europeia afirma: “Cessou pois a consubstanciação entre civilização e catolicismo, por isso mesmo que cessou entre Cristianismo e a civilização (...) actualmente o Cristianismo é o velho, o decadente, a esterilidade e o inútil (...) atacando o Cristianismo trabalhamos a nova fé.” E, protestando contra o ter sido batizado: “Comigo aconteceu isto: a Igreja Católica, poderosa e estúpida, irracional e decrépita, sustentando a velha hipótese de um Deus creador eminentemente estúpido, eminentemente mau...”. Por isso se identificava com Juliano Apóstata, e com ele punha a ridículo os dogmas.¹⁵

Em substituição do Cristianismo preconiza o regresso ao paganismo e à sua civilização: “Acho, pois, historicamente justo e sociologicamente mais certo chamar àquela civilização que andámos espalhando e que devemos continuar a espalhar a civilização greco-romana”¹⁶.

Em consequência, celebra poeticamente os rituais solares do Neo-paganismo, exaltando Baco e os rituais das bacantes, e propõe a substituição do conteúdo de algumas fórmulas judaico-cristãs, por outras novas: “Os mandamentos de uma nova lei de Deus, sendo o primeiro mandamento este: não tenhas opiniões firmes nem creias demasiadamente no valor das tuas opiniões”, e o décimo: “faz por agir como os outros e pensar diferentemente deles”¹⁷.

Destas propostas ressalta, naturalmente, a ideia de uma nova Europa que dará começo a um Quinto Império, segundo a contagem do “esquema português dos novos impérios”: sendo o primeiro império o da Grécia, o segundo é o de Roma, o terceiro o da Cristandade, o quarto o da Europa – isto é, da Europa laica.

¹⁴ Fernando Pessoa, *Obra Poética*, Rio de Janeiro, Águilar, 1960.

¹⁵ Teresa Rita Lopes, *Pessoa por Conhecer. Textos para um Novo Mapa*, II,

¹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 89, 91, 73, 90, 77.

¹⁷ *Idem, Ibidem*.

Embora lamentando que os seus contemporâneos o não escutem, não deixou de afirmar: “Pertença à raça dos navegadores e dos criadores de Impérios”, como que a justificar a sua recriação do Quinto Império.

Com Pessoa, a grande viragem consistiu em substituir a religião cristã pelo paganismo greco-romano, tendo por objetivo final o de trocar a instauração do império universal de Cristo pelo império da língua portuguesa, de que é legenda a tão vulgarizada frase de Bernardo Soares “A minha pátria é a língua portuguesa”, pátria a expandir através da língua e da cultura.

Que a língua portuguesa que ele propõe não é um mero sentimento subjetivo mas um verdadeiro projeto de expansão linguístico-cultural ficou bem patente nas explicações e justificações que deixou nos seus, até há pouco, inéditos: “O que a nós verdadeiramente nos caracteriza e define é não o imperialismo universalista, mas o universalismo imperialista”¹⁸. E, noutro lugar: “Como o império, neste esquema, é espiritual, não há mister que seja imposto ou construído por uma só nação; pode sê-lo por mais que uma, desde que espiritualmente sejam a mesma, que o são se falarem a mesma língua”. “Que mal haverá em nos preparamos para este domínio cultural ainda que não venhamos a tê-lo? (...) queremos impôr uma língua que não uma força; não hostilizamos raça nenhuma de nenhuma cor (...) assim nos nossa índole prepara para aquela fraternidade universal que a Teosofia anteprega e que é, de há tanto tempo, a doutrina social e íntima dos Rosa-Cruz.”¹⁹

E para que a língua portuguesa possa ser capaz de realizar este projecto, Pessoa assinala as condições de perfeição que ela deve atingir, tais como ser rica, gramaticalmente completa, fortemente nacional, de génio universal, número de falantes, extensão geográfica, etc.²⁰

Com esta viragem interpretativa do Quinto-Império, estava feito o caminho para a teoria e a prática da Lusofonia, em que oito países e regiões várias influenciadas pela colonização, convergência e sintonia de interesses, se sentem interligados por esta fora privilegiada de comunicação e solidariedade.

¹⁸ Teresa Rita Lopes, *Pessoa Inédito*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, pp. 231, 233.

¹⁹ Joel Serrão et alii, *Fernando Pessoa – Sobre Portugal*, Lisboa, Ática, 1979, pp. 239, 229.

²⁰ Joel Serrão et alii, *idem, ibidem*, p. 229.

5. A teoria não muito milenarista de Agostinho da Silva

Ainda contemporâneos, cruzaram-se Pessoa e Agostinho da Silva.

Embora por vezes exprima um pensamento contraditório porque resultante de evolução, como aliás também aconteceu a Pessoa, o pensamento de Agostinho obedece, sobretudo, a uma interpelação criadora de velhos e novos mitos porque, como ele gostava de dizer: “Eu não sou do ortodoxo, nem do heterodoxo, mas do paradoxo!”

De comum os dois têm o ideal de um Quinto Império, embora entendido de maneiras muito diferentes, sendo a substância desse mesmo império a língua portuguesa.

De diferente, ou mesmo oposto, o facto de Agostinho, em oposição à concepção greco-romana e pagã pessoana da Europa, preconizar uma Europa cristã, mas de um cristianismo tão amplamente ecuménico que pode ser interpretado como misturado de concepções panteístas. Cristianismo especial, de realização utópica, mas como ideal a atingir. Entendido à maneira de Joaquim de Floris, porque o seu Quinto Império é o Império do Espírito Santo, “a que iam os portugueses do século XV e a que podem, quando quiserem, ir os portugueses de hoje, o que significa os que hoje no Mundo falam e sentem português (...) considerando já como uma religião o próprio estabelecer-se crianças. Uma só ordem de todas as religiões, uma ordem fundada nas três liberdades tradicionais e essenciais de não possuir coisas, de não possuir pessoas e de não se possuir a si próprio. Os três votos, como diriam”²¹.

E tão importante considera a referência cristã tradicional, como referencia e símbolo de continuidade que, ao projetar na Universidade de Brasília a criação de um Centro Brasileiro de entradas principais, quis que nele não faltasse uma capela: “esse ponto da Capela é extraordinariamente importante”, para além da criação de um Instituto de Teologia e de um pequeno convento de dominicanos, insistindo em que a capela, votada ao Espírito Santo tivesse capelão e fosse decorada com os painéis do Infante e do Evangelho de S. João, porque, no fim de contas, “o ideal é que na Casa, e na Casa essa capela, e na capela esses painéis sejam o Centro de toda a vida universitária em Brasília.”²²

Com Agostinho retoma-se a concepção tradicional da predestinação e missão de Portugal através da difusão da língua portuguesa.

²¹ *Tempo Presente*, n.ºs 17 / 18, Set. Out. de 1980.

²² *Livros de Portugal*, Rio de Janeiro, 1982.

Assim declara: “todo eu sou, no sentido de estar na ação entregue à ideia de que existe um sentido providencial na História (...) o que perante mim mesmo justifica o sentido da minha opção é a convicção de que a História é providencial e irá dar certo um dia”²³.

Em consequência, Portugal, como ele, tem uma missão a cumprir. Assim o declara em 1986 já depois da descolonização das colónias africanas: “A missão de Portugal, agora se de missão podemos falar, não é a mesma do pequeno território, quando tinha apenas um milhão de habitantes, que se lançou ao Mundo e o descobriu todo, mas a missão de todos quantos falam a língua portuguesa. Todos estes povos têm de cumprir uma missão extremamente importante no mundo”.

Mais, acrescenta, Portugal dentro da sua missão ecuménica, tem uma missão especial a cumprir em relação à Europa porque “afinal a Europa é o único continente aonde falta chegar a modernidade do que o português tem sido mediador histórico (...) Chegou o momento histórico em que a utopia pode ser editada por Portugal, como outras utopias são editadas depois de se conservarem muito tempo em manuscrito”²⁴ porque “os portugueses levaram a Europa ao Mundo, mas agora “todos aqueles que falam a língua portuguesa têm o dever de trazer o Mundo à Europa. E espero que tragam esse mundo tão diferente da Europa, que não deseja aniquilar a Europa como muita gente supõe, mas, isso sim, humanizar essa mesma Europa, restituir-lhe aquela força interior e aquela capacidade de imaginação por ela perdida, por só imaginar num determinado sentido, por se restringir a um certo campo”.

E a razão é simples, para Agostinho: “A Europa esgotou-se, fisicamente (...) a Europa esgotou-se no Poder e temos, agora, de partir para outra fórmula, que é cada homem ser aquilo que é.”²⁵

Mais grave ainda que em tipo de esgotamento, entendia ele que era a falta de um sentido orientador. Aquilo que Max Weber entendia como o tempo da pós-religião, tempo de excessiva nacionalidade e perda de sentido, de desencanto ou de melancolia²⁶. Situação que Marcel Gauchet²⁷ analisou em profundidade, caracterizada por ter deixado o Cristianismo de ser uma estrutura estruturante da vida coletiva, e passar a ser uma infraestrutura, embora viva e atuante. Pior para a sociedade, melhor para o Cristianismo

²³ Revista *Filosofia*, Sociedade Portuguesa de Filosofia, n.º 2, Ago. 1985.

²⁴ Revista *Filosofia*, n.º 2, Dez. 1985.

²⁵ *Correio da Manhã*, 31 de Maio de 1986 e 1 de Junho de 1986.

²⁶ Max Weber, *L'Éthique Protestante et l'Esprit du Capitalisme*, Gallimard, 2004, 2004 (1905), pp.5-9.

²⁷ Marcel Gauchet

que assim consolidou a sua perenidade, pois era nele que se conservavam, e conservam os princípios de ética e harmonia de que tanto necessita a ordem social. Tempo de desencanto, de vazio dos valores e da “moral sem dar”, coletiva e despersonalizadora do indivíduo, como o caracterizou Lipovetsky²⁸, tempo da abolição da confiança que tanto facilitou o bom funcionamento da economia, como as boas relações pessoais, no entender de Adriano Moreira²⁹.

Por isso Agostinho relacionou essa banalização e mediocridade europeias com a predestinação e missão de Portugal, sempre presente na sua tradição. Contributo esse a prestar, adaptado aos novos tempos, como era a sua conceção de Quinto Império do Espírito Santo, imprevisível e ecuménico.

Teoria esta não menos ousada que a de Gauchet afirmando que a evolução do Cristianismo estava a ser neste tempo da “nova religião”, a da prevalência da individualização sobre a ação exterior, pelo que se estava a passar.: “L’écho de plus en plus important que les spiritualities orientales, et spécialement le bouddhisme trouvent à l’intérieur du monde chrétien”, chegando mesmo a admitir a hipótese de: “L’avenir est peut-être au syncrétique comme le suggérait Ninian Smart, il n’est pas impossible que le “Christiano - bouddhisme” soit la religion occidentale du XXI siècle.”³⁰

De modo semelhante “profetizava Agostinho : “Como não há para mim filosofia sem teodiceia ou teologia – e gostaria bem de saber para que filósofo há, negue-se ou afirme-se Deus – refletiria eu sobretudo, se por lá andasse, sobre se não há semente de verdadeiro ecumenismo neste conjunto de Povos de que estamos tratando, ecumenismo que vai de ponta animista de tantos de seus índios, africanos ou orientais, ao cristianismo protestante, com passo por tantos tipos de católicos ou muçulmanos ou budistas ou ateus, próximos irmãos destes últimos”³¹.

Visão ecuménica ecuménica que não está fora daquela que é ordenada de maneira gradual, e hierarquizada no capítulo II da Constituição *Lumen Gentium*, do Vaticano II, de 1965.

²⁸ Gilles Lipovetsky, *A Era do Vazio*, Lisboa, Galimard, Antropos, s.d.; *Le Crepuscule du Devoir*, Paris, Gallimard, 1992.

²⁹ Adriano Moreira, in *Estudos sobre a Globalização da Sociedade Civil*, Lisboa, AICP, 2008.

³⁰ Marcel Gauchet, *Un Monde Désenchanté*, Paris, Atleier / Ouvrières, 2007, p. 315.

³¹ Texto inédito, publicado em *Agostinho da Silva – Dispersos*, Lisboa, Icalp, 1988, p. 611.

6. Em jeito de conclusão provisória...

É grande o desfasamento entre a tradição mitológica e religiosa lusa de “encantamento” e sentido, e o quadro social e mental tanto do país como da Europa em tempo de “pós-religião” que, por similaridade, também é de pós-mitologia ou profecia. E a que, se somam a falta de unidade e de princípios que ficou bem patente nos infelizes debates sobre as raízes culturais europeias, de que resultou aquele incolor e vago preâmbulo do texto da Constituição para a Europa.

Deliberação essa que contrasta demasiado com a afirmativa expansionista de outras religiões e culturas não europeias.

Não serão, pois, demasiado utópicas e artificiais ou, mesmo, ridícula, as pretensões, sonhos e projeto de contribuirmos para uma Europa de valores, oferecendo o nosso idealismo, sentido de Deus e de valores éticos, de humanismo, cordialidade e tolerância?

Como também afirmou Gauchet, já não há lugar para um “reencanto”, mas teremos nós de concluir que, por força do relativismo multicultural instalado, o melhor é encerrar no museu da História passada uma tradição simbólica de séculos?

Cremos que não, pois os mitos e sonhos são difíceis de morrer, sobretudo quando identitários pessoais ou nacionais. O fenómeno moderno da sobrevivência e robustecimento das religiões, ainda que em diverso quadro político-social, já começou a demonstrá-lo.

E, como se diz no jargão das expectativas: *wait and see!* Ou se se preferir a língua da dúvida metódica: *Qui vivra, verra!*

Fernando Cristóvão